

A “URBANIZAÇÃO” DO CAMPO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SUSTENTAÇÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA COMUNIDADE DO JIRAU-JAGUARÉ-ES

Ana Cristina Venturoti Folador – Escola Comunitária Rural Municipal de Girau
venturoti@simonet.com.br

Marcos da Cunha Teixeira – Faculdades Integradas Norte Capixaba – FANORTE
marcosteixeira@vicososa.ufv.br

Objetivou-se verificar as implicações do processo de “urbanização” do meio rural para a sustentabilidade da Pedagogia da Alternância (P.A.) na concepção da Comunidade do Girau, em Jaguaré-ES. Para Graziano, citado por Carneiro (2001), rural/urbano hoje fazem parte de um mesmo contínuo, onde não se consegue mais delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais, pois o campo está passando por grandes transformações, onde não cabe mais a cisão rural/urbano. Veiga (2001, 2003), no entanto, acredita que pregar a urbanização do campo é legitimar a desvalorização do meio rural. Em seu ponto de vista, a avassaladora urbanização do Brasil é um mito decorrente do critério de classificação territorial utilizado, que considera urbana toda sede de município e de distritos, independente de suas características geográficas e culturais. Essa classificação não leva em conta um dos principais indicadores das concentrações populacionais próprias às cidades que é a densidade demográfica. Esses aspectos têm influência direta na educação, sobretudo quando a política educacional é fruto de um processo histórico de conquista social com ampla participação política das comunidades, como é o caso da P.A. em Jaguaré. Neste sentido, Caldart (2004 p. 14) afirma que o campo é espaço de vida digna e é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos. Isso será possível a partir do momento que se pensar uma educação do campo que valorize a ruralidade na sua essência. Faz-se necessário a observação de alguns elementos que são fundamentais na construção de um Projeto Político Pedagógico da educação do campo, como a identidade de seus sujeitos, de sua cultura, do trabalho das lutas sociais e do modo de vida dos camponeses. Arroyo (2002, p. 11), também faz uma reflexão interessante neste sentido quando afirma que o reconhecimento da educação do campo como política pública implica no reconhecimento das potencialidades de desenvolvimento do campo, construindo a partir da luta camponesa, com toda a sua especificidade, singularidade, mas também com sua diversidade. A P.A. foi pensada a partir dessa necessidade, visando, em primeiro lugar, valorizar o camponês, o trabalho agrícola, o jovem enquanto sujeito. No entanto, diante da “urbanização” parece haver um aparente descontentamento das comunidades rurais com o desempenho da P.A. Para verificar esse aspecto entrevistou-se 10 famílias de agricultores que participam do processo educativo

com base na P.A. e cujos filhos freqüentam a Escola Comunitária Rural Municipal do Giral e 9 professores. Verificou-se um reconhecimento por parte da comunidade de uma certa “crise de identidade” do meio rural devido à “urbanização”, o que não contradiz o pensamento de Graziano. No entanto, os resultados parecem mais próximas das idéias de Veiga, pois o reconhecimento da “urbanização” vem acompanhado de um forte desejo de permanência no campo e da perpetuação da cultura camponesa. De maneira geral, há uma percepção de que, diante do processo de “urbanização”, a P.A. tem sofrido uma descaracterização em seus aspectos pedagógicos com a conseqüente desvalorização da cultura camponesa. Porém, há uma crença geral de que essa proposta pedagógica sempre representou e representa uma ferramenta de grande importância para o processo de manutenção do homem no campo. No entanto, o aspecto mais relevante para o aparente “enfraquecimento” da P.A. tem sido os embates políticos-ideológicos de grupos específicos diante das relações de poder nos centros de decisão sobre as formas de atuação da P.A. Conclui-se ressaltando a necessidade de novas discussões direcionadas para a reflexão sobre os impactos positivos e negativos das relações campo X cidade e novas estratégias visando o fortalecimento dos aspectos pedagógicos em detrimento das disputas políticas pelo poder de decisão sobre as formas de atuação da P.A. Assim, espera-se criar as ações necessárias à sustentabilidade de uma proposta educacional voltada à valorização da cultura camponesa, essência da P.A.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDARTE, Roseli Saletti; MOLINA, Mônica Castagna. **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CALDART, Roseli Saletti. Elementos para a construção do Projeto político e pedagógico da educação do campo. In: (Org.) MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo. **Por uma Educação do Campo: Contribuição para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Peres: Brasília, 2004.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: **Novas Identidades em Construção**. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbzeze.html>. Acesso em: 16 mar. 2001.
- VEIGA, José Eli da. et al. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento** 2. ed. Brasília: FIPE, 2001.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.